

Recebimento: 18/11/2021

Aceite: 20/12/2021

## **A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR METODOLÓGICO SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL E SEUS COMPONENTES**

## **THE TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT: METHODOLOGICAL APPROACH TO THE CULTURAL DIMENSION AND ITS COMPONENTS**

Monica Franchi Carniello<sup>1</sup>

Moacir José dos Santos<sup>2</sup>

Carlos Alberto Máximo Pimenta<sup>3</sup>

### **Resumo**

A concepção de desenvolvimento foi transformada nas últimas décadas, superando a associação direta com o crescimento econômico para adquirir uma abordagem multidimensional e sistêmica. A cultura é uma das dimensões que compõe o patrimônio territorial e precisa estar contemplada nos planos de desenvolvimento de um território. O objetivo deste artigo é definir percursos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. A abordagem metodológica é qualitativa e exploratória, de cunho teórico. Como resultado, foi proposto um modelo de avaliação do patrimônio cultural de um território, que considera seis componentes, avaliados em escala de cinco pontos, com o intuito de criar uma mensuração qualitativa, denominada índice de patrimônio cultural ativado.

**Palavras-chave:** Cultura. Patrimônio territorial. Desenvolvimento territorial. Método de pesquisa.

### **Abstract**

The concept of development has been transformed in recent decades, overcoming the direct association with economic growth to acquire a multidimensional and systemic approach. Culture is one of the dimensions that make up the territorial heritage and needs to be included in the development plans of a territory. The objective of this article is to define methodological designs to identify the components of the cultural dimension that make up the territorial patrimony. The methodological approach is qualitative and exploratory, theoretical in nature. As a result, a model for evaluating the cultural heritage of a territory was proposed, which considers six components,

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP), professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História (UNESP), professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais (PUCSP). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá, Itajubá – MG, Brasil. E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

evaluated on a five-point scale, with the aim of creating a qualitative measurement, called the activated cultural patrimony index.

**Keywords:** Culture. Territorial patrimony. Territorial development. Research method.

## Introdução

Este artigo assume o desafio de evidenciar a dimensão cultural como um constituinte do território. Território entendido por lugar no qual convergem valores constituídos no campo político, econômico e sociocultural que ultrapassa a ideia de unidade político-administrativa, fortalecendo-se por meio de identificações, modos de vida e laços.

A abrangência desse desafio provoca o debate acerca dos recursos metodológicos aptos a possibilitar a investigação das particularidades de cada território e, simultaneamente, propiciar a constituição de um conjunto de conceitos e procedimentos aptos a contribuir para a consolidação do campo de conhecimento pertinente ao desenvolvimento territorial.

A cultura, compreendida como recurso (YÚDICE, 2004) ou experiência ordinária (WILLIAMS, 1992), conforma o território e por ele é delimitada, em uma relação dialética, derivada do fluxo histórico no espaço e no tempo, sujeita à complexidade das condições da vida material e social. Esse reconhecimento é o ponto de partida para se delinear meios para a validação e mensuração da cultura como uma das dimensões do desenvolvimento, considerando a territorialização da sua complexidade.

A investigação sobre o desenvolvimento territorial decorre do reconhecimento das especificidades presentes em cada território e da impossibilidade de efetivação de condições homogêneas de desenvolvimento. Tal percepção é reflexo do adensamento dos debates acerca do desenvolvimento em âmbito acadêmico e político, particularmente quanto à sua condição multidimensional, de forma convergente com o pensamento complexo proposto por Morin (1996), nos quais (os debates) se enfatizam a necessidade de superar abordagens disciplinares ou setoriais, da realidade, ao considerar suas diversas dimensões inter-relacionadas.

O território, concebido como o resultado das relações de poder, fundamentado nas relações concretas e simbólicas (RAFFESTIN, 1993), incorpora a concretude e contradições das relações sociais, com as disputas por controle de bens materiais e imateriais definidores das condições de desenvolvimento. Como *locus* do processo histórico, o território é objeto central das investigações que o relacionam à perspectiva multidimensional e interdisciplinar do desenvolvimento.

Por este trajeto, salienta-se que cada território apresenta dinâmicas específicas e se faz necessário articular esse reconhecimento à realização de diagnósticos particulares, fundamentados em conceitos e premissas teóricas consistentes que permitam uma unidade sob o ponto de vista dos parâmetros de análise, e não do objeto de estudo. A complexidade do território demanda uma visão sistêmica das dimensões que o compõem, com o desafio de compreender suas inter-relações.

Desse ponto de vista, impõem-se processos de produção de conhecimento sobre o território que promovam a superação de perspectivas economicistas do desenvolvimento, ruptura anunciada nas obras de Furtado (1961; 1974), Sen (2000), Sachs (2002), Etges (2005), entre outros, para que se abra nova possibilidade de compreensão dos processos de desenvolvimento, na qual elementos até então negligenciados ou pouco evidenciados são incorporados como constituintes deste fenômeno. Dallabrida (2020, p.12) apresenta as dimensões de composição do patrimônio de um território.

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (DALLABRIDA, 2020, p. 12).

Salienta-se que esta reflexão é resultado das pesquisas realizadas nos projetos intitulados, respectivamente, “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões (CNPQ-PQ)” e “Patrimônio territorial: validação e aprimoramento de

instrumental metodológico (PPGDTS/UFPR)”, com contribuições pertinentes às questões de patrimônio territorial sob o prisma da cultura, dimensão que compõe e contribui as relações estabelecidas no território. Destaca-se também que, por meio desta inserção, o objetivo deste artigo é o de definir desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial.

Para o alcance da pretensão exposta, realizou-se a discussão dos parâmetros teóricos relacionados à investigação do patrimônio cultural, que por sua vez sustentam os desenhos metodológicos aptos a contribuir para a identificação dos componentes da dimensão cultural.

Estabelece-se cinco seções a partir da presente introdução. A segunda seção apresenta os parâmetros teóricos do trabalho, na qual são explicitadas as variáveis que compõem a dimensão cultural, enquanto a terceira delinea o método pertinente à pesquisa. A quarta apresenta os resultados e discussão correspondente, enquanto a última explicita as considerações finais.

## Referencial teórico

As correlações entre território e cultura, nos termos da dimensão cultural do patrimônio territorial aqui privilegiadas, impõem explicitar o entendimento privilegiado de território e de cultura. Entrelaçados, apontam um percurso metodológico (componentes e métodos) para pesquisas sobre patrimônio territorial mediadas pelas dimensões da cultura, sem perder de horizonte o desenvolvimento (enquanto campo de produção de conhecimento).

## Dimensões do patrimônio territorial

O território, concebido como “[...] espaços particulares que permitem operar uma mediação entre o indivíduo e o exterior” (PECQUEUR, 1992, p. 84), é uma referência fundamental para a compreensão e análise dos processos de desenvolvimento, conforme atestam Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021); Raffestin (1993); Pecqueur (1992).

Milton Santos (1988; 2006), em sua obra, discute o território como categoria de análise. No entanto, não se refere ao território-forma, e sim ao que ele denomina de “território usado”. O território é objeto de análise social com base no uso humano. Um território se configura com base nos sistemas naturais nele existentes, somados à ação do homem.

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história (SANTOS, 2006, p.56).

Favareto (2020), ao evidenciar aspectos que precisam ser considerados na abordagem territorial do desenvolvimento, enfatiza que territórios são formados por sistemas sociais que, por sua vez, são base para a atividade econômica e, em última instância, para a vida humana. Ademais, o autor alerta para a interdependência entre as dimensões da realidade, identificadas como sociedade e natureza, dimensões econômica e social, política e cultural.

A cultura passa a ser compreendida como um elemento essencial dos processos de desenvolvimento ancorada nas correntes epistemológicas do descentramento e da decolonialidade, que Sousa Santos (2009) sintetizou sob a expressão Epistemologias do Sul. Nesta abordagem, evidencia-se o apagamento, por meio de exclusão, de culturas nos processos de colonização ao longo da história. Dar visibilidade a essas culturas e evitar novos apagamentos reafirma a cultura como um elemento fundamental do desenvolvimento territorial.

Souza (2002) evidencia que a cultura nem sempre foi considerada como elemento estrutural de uma sociedade, ao identificar os modelos de planejamento urbano. É o caso do planejamento físico-territorial, focado em obras estruturais, ou o planejamento higienizador, responsável por segregar a pobreza para áreas periféricas, abordagens que se mostram incompatíveis com as premissas contemporâneas do desenvolvimento territorial.

Fazem parte do patrimônio territorial as seguintes dimensões: social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual (DALLABRIDA, ROTTA e BÜTTENBENDER, 2021).

Aborda-se, neste artigo, a dimensão cultural, seus componentes e variáveis. Para isso, faz-se necessário abordar o que se compreende por cultura para um constructo de um plano de desenvolvimento territorial.

### Questões culturais contemporâneas: um conceito de partida

No contexto do patrimônio territorial, a cultura assume um significado potente e de relevância no contexto do desenvolvimento local, para além das plataformas do crescimento econômico, em que as questões culturais, materiais e imateriais, permitem a visualização de outras perspectivas de leituras sobre o território. Perspectivas que trazem, em si, íntimas correlações entre território, cultura e desenvolvimento, mas, pressupõe apontar a noção de cultura privilegiada.

Nesta proposta, entende-se cultura como um conjunto de elementos que se traduzem em ordem, desordem, arbitrariedade (CARVALHO, 2013). A complexidade presente no conceito sobre cultura aponta para sua multidimensionalidade, no sentido da dinâmica e fluência das relações que vão dando “forma” à realidade do lugar por meio da cultura. Portanto, pensar patrimônio territorial implica reconhecer o estatuto da diferença (presente nas dinâmicas do lugar, das pessoas, dos grupos, das arquiteturas, dos saberes e dos fazeres), considerando que:

A diferença é construída no processo mesmo de sua manifestação, isto é, ela não é uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, é um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, nas entrelinhas das identidades externas totalizantes e essencialistas (COSTA, 2015 p.149)

O argumento do respeito (ou identificação) promovido pela institucionalização do estatuto da diferença trouxe o fomento a um vínculo íntimo entre patrimônio territorial, diversidade cultural e direito. Não se pode acomodar as dinâmicas da diversidade cultural às funcionalidades instrumentais do direito, uma vez que a cultura está dentro de um campo em disputa. Em outros termos:

La protección de la diversidad cultural es un imperativo ético inseparable del respeto de la dignidad humana. Entraña un compromiso con los derechos humanos y las libertades fundamentales y requiere la plena realización de los derechos culturales, incluido el de participar en la vida cultura (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 11)

A experiência de usufruir da vida cultural, face ao estatuto de direito e da dignidade humana, direciona às questões do patrimônio territorial, atreladas à cultura, para além dos determinismos de crescimento econômico como crença de organização social vitoriosa, única. Se a cultura é ordem, desordem, arbitrariedade, como mencionado acima, apresenta no interior de suas dinâmicas inúmeros processos de ressignificações, o que, em sua complexidade, tem potencial para promoção de desenvolvimentos em outras ordenações fora de formatos competitivos, concorrenciais, das violências da vitória do “mais fortes” sobre os “mais fracos”.

O conceito de cultura desta reflexão está no campo da teoria da complexidade, proposto por Carvalho (2013). A escolha representa o caráter multidimensional do campo do patrimônio territorial, o qual se apresenta como uma ferramenta teórico-metodológica de leitura da realidade multifacetada do território por meio da cultura. Desse ponto de vista,

Conceito-armadilha, a cultura é composta por padrões, regras e instituições. Por isso, é uma fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes (CARVALHO, 2013, p. 49).

A filiação do conceito de cultura ao campo da complexidade tem simetria com a postura epistemológica do descentramento e da decolonialidade posta por Sousa Santos (2009), descrita no item anterior (questões do patrimônio territorial), vislumbrando os processos de desenvolvimento outros, abafados ou suprimidos.

Trata-se de reconhecer a dificuldade de estabelecer padrões ou modelos únicos (ou exclusivos) de desenvolvimento. As dinâmicas da cultura pressupõem complexidades que ultrapassam os determinismos da binaridade entre o forte e o fraco, o local e global, o erudito e popular, o bom e ruim, o desenvolvido e atrasado, o urbano e rural. Em suas inúmeras interfaces veem-se rupturas com as binaridades inscritas pela corrente do desenvolvimento econômico.

No âmbito do patrimônio cultural, a cultura não se aplica somente a expressões culturais, referenciando o conceito utilizado acima. Cultura representa valores, um conjunto de elementos que dão forma material e imaterial para determinada sociedade (ordem), uma vez que tem a capacidade de revelar dinâmicas, tensões e alternativas (desordem e arbitrariedade) para os diversos grupos que a compõem.

Evidencia-se que a cultura se caracteriza como um elemento significativo às questões do patrimônio territorial, por ser reveladora da realidade e das dimensões históricas do local e transpassar pelo desenvolvimento incorporando o social, a sustentabilidade, o simbólico e o econômico em outras plataformas.

Desse lugar, com força para enfrentamentos ao modelo hegemônico de desenvolvimento, a cultura revela o contexto ordinário da experiência humana em determinado tempo-espço e expõe seu potencial de geração de renda e distribuição equânime de riqueza.

Desse lugar também, a partir da concepção posta por Willians (1992, p. 186), a cultura promove “uma vida social e cultural totalmente abrangente”, por ter “[...] sido usada com constância para se referir a todo modo de vida de um povo”, e permite diálogos nas esferas do patrimônio e do território na linha de frente da disputas econômicas, sociais, políticas, subjetivas, simbólicas travadas no campo da cultura, potentes à alavancagem de processos de desenvolvimento que estabeleçam dinâmicas local e regional em bases e princípios pautados na e justiça social.

A cultura é elemento fundamental do bem-estar (e do bem viver) por gerar o sentimento de pertença cultural e fundamenta as escolhas dos indivíduos, o que impacta na identidade e identificações das pessoas. A multiculturalidade de uma sociedade, portanto, precisa ser respeitada e considerada pelo Estado nas políticas de desenvolvimento.

## **A cultura como componente do território e dimensão do desenvolvimento**

Ao adotar o território como centralidade dos processos de desenvolvimento, a cultura passa a ser compreendida como um dos elementos constituintes do desenvolvimento. Tal abordagem possui sua gênese ainda na década de 1960, com a contribuição de diversas áreas do conhecimento. Dentre as contribuições, destacam-se os Estudos Culturais, que têm como precursores os pesquisadores do centro de Birmingham, Inglaterra, dentre os quais Richard Hoggart, que focou na classe trabalhadora inglesa no pós-segunda guerra mundial (FELIPPI, BRANDT, 2016).

Tais abordagens se capilarizam e se refletem globalmente, a exemplo da Lei de Cooperação Internacional, situada na década de 1970, que enfatiza o pleno desenvolvimento do ser humano e o oferecimento e a oportunidade de participar ativamente no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade a que pertence (AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN – COSUDE, 2016).

Na relação da cultura com o desenvolvimento, a cultura pode ser compreendida tanto como recurso quanto como direito. Como recurso, assume a missão de promover a participação, de forma convergente com a abordagem dialógica do desenvolvimento (PERUZZO, 2004; SERVAES, 2007); como direito, coloca-se como uma condição para o desenvolvimento, conforme valida a abordagem de Sen (2000). Canclini (1981, p.43) alerta que a “apropriação desigual do capital cultural e de bens econômicos por parte dos setores subalternos de uma nação”. Acatando o alerta, as prospecções de determinada política de desenvolvimento devem ter como objetivo a promoção de acesso equitativo ao patrimônio territorial, incluindo a dimensão cultural.

Em um território identificam-se hibridismos culturais, conforme identifica Canclini (1995), ao usar o termo “heterogeneidade multitemporal” que possui relação com o processo sócio-histórico da América Latina, caracterizado por justaposições e sujeições culturais decorrentes do processo de colonização.



As tensões culturais também são percebidas, sob outro prisma, por Milton Santos (2006), ao apresentar o dinamismo do território usado ao identificar os fluxos, verticalidades, subsistema na totalidade do espaço referente às tarefas produtivas hegemônicas, e horizontalidades, zonas de contiguidade de origem no próprio território.

Entende-se que a multiculturalidade de um território é uma potencialidade para o desenvolvimento, e não uma barreira, conforme posto pela visão colonialista. Também se supera a abordagem protecionista das culturas minoritárias, em favor de uma abordagem dialógica, “experiências cotidianas de contato, cooperação e conflito que atravessam a suposta impermeabilidade das fronteiras de raça, cultura, identidade e etnia” (GILROY, 2005 apud COSTA, 2015, p. 150). Em sequência, apresenta-se outra abordagem de multiculturalidade

Ella es el vivero que permite a las distintas culturas enriquecerse y desarrollarse constantemente en contacto de unas con otras, evitando la deriva identitaria. Ella es una de las fuentes del desarrollo, entendido no solo en términos de crecimiento económico, sino también como médio para acceder a una existencia intelectual, afectiva, moral y espiritual satisfactoria (AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN - COSUDE, 2016).

A cultura compreendida enquanto dimensão do patrimônio territorial também se sustenta na abordagem de Raffestin (1993), ao destacar as delimitações simbólicas do território, por meio de representações, o que valida a afirmação de que o território é um processo de construção social (FLORES, 2006), portanto, que não pode ser compreendido de forma desvinculada da dimensão cultural. O autor reforça que os elementos culturais são basilares para a construção da noção de identidade de um território, ou, conforme destaca Hall (2016), a identificação do território por meio de suas redes de significação. Compreender a cultura e a identidade de um território são aspectos basilares para projetos de desenvolvimento, visto que, conforme Dallabrida et al (2021), a construção social do território resultará sempre do encontro e mobilização dos atores sociais que integram um determinado espaço geográfico e que buscam para identificar e resolver problemas comuns.

### Componentes da dimensão cultural no patrimônio territorial

Recupera-se o objetivo do artigo, que visa a discussão dos parâmetros teóricos relacionados à investigação do patrimônio cultural, para sustentar uma propositura metodológica para diagnosticar o patrimônio territorial. Inicialmente, apresentam-se os componentes da dimensão cultural (Quadro1).

**Quadro 1:** Componentes da dimensão cultural

COMPONENTES	DESCRIÇÃO	AUTORES
Valores e códigos de conduta	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção e respeito das diversidades, biodiversidades e diferenças por meio do fortalecimento da Democracia cultural;</li> <li>- Institucionalização de políticas locais de atenção aos grupos e pessoas mais vulneráveis, de comunicação social, de conectividade com atenção à dimensão cultural do desenvolvimento, economia dos bens comuns e sustentado;</li> <li>- Promoção e fomento de estratégias multiculturais e interculturais para: inserção social, oportunidades e formação de respeito às alteridades práticas de associativismo, cooperação e coletivismo como formas de promoção da dignidade das pessoas (direito à: diferença, cultura, bem viver, equidade e exercício de direitos).</li> </ul>	Barros (2008; 2016) Cidades e Governos Locais Unidos (2015) Pimenta (2021)
Saberes e fazeres da cultura	- Valorização dos saberes e fazeres locais mediados pela criatividade, interação horizontalizada e liberdade de expressão;	Pimenta (2017; 2018) Calabre (2007) Botelho (2016)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governança da cultura de forma participativa por meio de metodologias abertas, envolvendo comunidade;</li> <li>- Instituição de espaços formativos de transmissão dos saberes e fazeres da cultura como estratégias de manutenção do conhecimento local.</li> <li>- Criação de modalidades de aprendizagem que explorem a criatividade e tecnologias locais desperdiçadas pela lógica do mercado competitivo.</li> <li>- Identificação das inovações presentes na experiência local (tradição, identidades, ofícios, patrimônio, trocas, estéticas, estilo de vida).</li> </ul>	
Manifestações Culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade e respeito às manifestações culturais</li> <li>- Políticas públicas de fomento às manifestações culturais</li> <li>- Organizações públicas e da sociedade civil organizada em prol das manifestações culturais</li> </ul>	Burke (1993) Candido (2001) Dória e Bastos (2018) Santos (2017)
Equipamentos culturais (orçamento)/ Acesso às políticas de cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Distribuição territorial dos equipamentos culturais</li> <li>- Políticas públicas de acesso à cultura</li> <li>- Recursos financeiros destinados à cultura</li> </ul>	Rede Nossa São Paulo (2020) São Paulo (2014)
Estrutura de mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de veículos de rede</li> <li>- Acesso à Internet</li> <li>- Presença de veículos públicos, educativos e comunitários</li> <li>- Produção de conteúdo de mídia local e regional</li> </ul>	Hallin e Mancini (2004). Peruzzo (2008). Deolindo (2019). Kleine (2013).
Economia criativa	Geração de emprego e renda com base na cultura	Reis (2009). Mirshawka (2016).

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

#### a) Valores e códigos de conduta

Há um esforço constante da Organização das Nações Unidas (ONU) em agregar experiências locais exitosas que envolvam a temática da cultura dentro de determinados parâmetros de desenvolvimento, os quais, não sem tensões, contradições e controvérsias, estabelecem valores e estatutos normativos de condução organizacional às cidades. Desse contexto, a CGLU (2015) traz um conjunto de princípios, orientações e estratégias que fundamentam ações desenvolvimento por meio da cultura.

Aplicado às dimensões culturais do patrimônio territorial, pode-se caracterizar que se trata da identificação de valores, potentes, que formatam uma agenda de ações e, se traduzido à realidade das regiões em processo de desenvolvimento no Brasil, pautado nos apontamentos em Pimenta (2021), vislumbra-se os fundamentos-suporte que podem estruturar e alavancar a institucionalização de políticas culturais municipais, sem perder de horizonte as questões da diversidade cultural e da diversidade biocultural (BARROS, 2008; 2016), em termos de normatividade e de proposições coletivas (solidariedade, cooperativa, associativismo, participação, autonomia). Faz-se necessário tipificar e caracterizar as principais expressões e/ou manifestações em termos de valores, códigos de conduta e tradições culturais, presentes no local

A Conjugação de valores interligados, interdependentes e correlatos no campo das disputas culturais, ecológicos, sociais e econômicos, conectadas com políticas de continuidades que superem a ordem dicotômica mercado *versus* estado são fundamentos (princípios) que devem nortear as condutas (práticas, ações, prospecções), considerando que existe no local a emergência de experiências, sinergias e parcerias de transformação interposta por diferentes interlocutores.

Em outros termos, existe a capacidade da economia harmonizar os recursos locais, por meio da cultura, em seu sentido mais amplo até aqui imaginado (ou hegemônico), para promoção de desenvolvimento que incorpore distribuição, segurança e estabilidade econômica integral para criar acesso ao emprego, geração de renda e inserção social, em contraposição ao crescimento econômico.

#### b) Saberes e fazeres da cultura

O local é um espaço vivo e dinâmico, rico de recursos culturais, vezes negligenciado pelas escolhas de governança. Essas escolhas podem inviabilizar a valorização dos saberes e fazeres do lugar, mas a associação da cultura ao desenvolvimento também pode colocar em destaque as “coisas” do lugar (coisa no sentido de bens materiais e imateriais identificados), como pesquisaram Pimenta (2017) e Pimenta *et al* (2018).

Nas pesquisas de Calabre (2007) e Botelho (2016), dentro de um balanço realizado por ambas (guardado os interesses e questões de cada proposta), apontam as perspectivas e os desafios das políticas culturais no Brasil e explicitam que ênfase a agenda de desenvolvimento reserva à cultura. Portanto, elaborar planos de patrimônio territorial implica, sobretudo, reconhecer os atores, instituídos ou não, entendem o que venha a ser cultura e disputam a organização, escolha e direcionamento desta agenda.

É princípio primordial da agenda da cultura, enquanto campo em disputa, possibilitar aos cidadãos o exercício ativo de seus direitos, tendo como critério norteador a participação e o diálogo, no sentido de atuação direta nas decisões coletivas relativamente à totalidade das dimensões da vida comum, enfatizando o local, a cultura, a identidade, a criatividade, a diversidade, a biodiversidade, o acesso ao conhecimento, as responsabilidades, o exercício de direitos e as liberdades.

Nos termos das dimensões da cultura aplicadas ao patrimônio territorial, a conjugação de valores, crenças, línguas, conhecimentos, artes e sabedorias que, individual ou coletivamente, devem privilegiar o favorecimento de sentido às coisas do lugar, do cotidiano e do simbólico. O favorecimento, por sua vez, deve ainda permitir a valorização das diversidades, das liberdades e das potencialidades do território, permitindo outras plataformas de desenvolvimento que percebam, interpretem e transformem a realidade, em especial às situações de vulnerabilidade.

### c) Manifestações Culturais

As manifestações culturais são instauradas no tempo e no espaço como resultado dos processos históricos. As experiências sociais subjacentes às manifestações culturais têm como referência as relações estabelecidas no território e as conformam. O delineamento das manifestações culturais no território é um processo dinâmico, dialético, o que resulta na dupla condição das manifestações culturais no território, pois contribuem para a sua existência e simultaneamente são reconhecidas por seus vínculos com este. A investigação sobre o desenvolvimento territorial, necessariamente, incorpora as manifestações culturais por sua contribuição com a sustentação das práticas que definem o território, em razão do potencial da identificação entre os atores sociais e o território.

As manifestações culturais se estabelecem e se mantêm no território a partir das práticas que lhe são concernentes. A compreensão do território quanto às manifestações culturais implica reconhecer a sua associação com as práticas que possibilitam a sua reprodução e produzem a identificação dos atores sociais com o território. A complexidade desse processo transforma a cultura e o próprio território a partir da relação dialética entre as manifestações culturais, as práticas culturais e o impacto dos processos de reprodução da vida material. Provavelmente, o principal risco quando se trata da incorporação das manifestações culturais para investigação do patrimônio territorial e sua relação com o processo de desenvolvimento é a idealização da cultura, com a consequente alienação do processo histórico. Esse cuidado é fundamental para a percepção de que as manifestações culturais se inserem no fluxo das relações históricas que produzem o próprio patrimônio cultural. Sob essa perspectiva é necessário compreender como as relações sociais vinculadas ao patrimônio cultural e expressas nas manifestações culturais são transformadas ao longo do tempo.

Destaca-se a situação quanto à aceitabilidade social e valoração e/ou reconhecimento como elementos de identidade territorial, dos valores, códigos de conduta ou tradições.

Peter Burke (2010) e Antonio Candido (2001), ao investigarem em contextos diversos a cultura popular, notam como a alteração das condições de reprodução da vida material alteram as manifestações culturais e, portanto, suas práticas. Desse modo, faz-se necessário compreender que a preservação das manifestações culturais implica no reconhecimento das condições históricas relacionadas à sua produção, bem como os mecanismos articuladores das suas práticas no território associados à sua identificação com os atores sociais, sem a pretensão de se definir um parâmetro idealizado desvinculado da dinâmica social. O reconhecimento das características endógenas é fundamental. Exemplo concernente a esse debate é a cultura popular caipira presente no estado de São Paulo e que abrange outros territórios no país, identificados como a paulistânia (DÓRIA &



BASTOS, 2018). As transformações das últimas décadas alteraram profundamente a reprodução da cultura popular caipira nos territórios caracterizados por sua presença, o que não significa desaparecimento e sim novas condições de exercício das manifestações culturais e suas práticas concernentes ao patrimônio cultural historicamente constituído (SANTOS, 2017). O desafio consiste em mensurar como as mudanças nas práticas culturais produziram novas formas de identificação social entre a população e as manifestações presentes no território. A partir desse reconhecimento torna-se possível a elaboração de políticas públicas pertinentes às relações entre patrimônio cultural, manifestações culturais e práticas culturais no território.

Territórios em que manifestações culturais distintas coexistem e dialogam, nos quais há espaços e políticas públicas que suportam a sua perenidade, e que transformam tais manifestações em ativos para potencializar o território convergem com a perspectiva do patrimônio territorial e a perspectiva do desenvolvimento territorial.

#### d) Equipamentos culturais (orçamento)/Acesso às políticas de cultura

Reconhecer as condições de reprodução da cultura no território possibilita planejar e efetivar políticas públicas para a cultura mediante o conhecimento de como se articulam práticas e experiências culturais. O acesso à cultura como mecanismo de preservação e associação do patrimônio cultural com o processo de desenvolvimento requer a formulação de políticas públicas para a cultura no território. É contemplada no escopo dessa dimensão a existência de museus e instituições de registro e preservação da memória histórico-cultural. A exemplo, apresenta-se o plano diretor do município de São Paulo, que estabelece zonas especiais de preservação cultural.

Figura 1: Plano diretor de São Paulo 2014



Fonte: São Paulo (2014).

A despeito de a cultura constar no PD do município, ainda se observam desigualdades na distribuição territorial e acesso a equipamentos culturais. Segundo o Mapa da Desigualdade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020, n.p.),

A média da cidade de equipamentos públicos de cultura é 2,09. Porém, 18 distritos não têm nenhum equipamento, seja municipal ou estadual. Além disso, 70 distritos não têm sequer um centro

cultural, casa ou espaço de cultura. Ainda, 81 não têm museu; 73 não têm salas de show e concertos; 53 não têm cinemas; e 58 não têm teatros.

Sob essa perspectiva, a constituição de equipamentos culturais e de mecanismos de fomento efetivos quanto à associação ao desenvolvimento implica considerar o envolvimento da população que no território está conectada às práticas culturais. A complexidade desse processo corresponde à necessidade de não se alienar os atores sociais que com suas práticas asseguram, ainda que em condições diversas do passado, a perenidade das práticas culturais.

O compromisso em se assegurar a preservação das práticas culturais associadas ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento implica na constituição de espaços de representação popular para sua efetiva contribuição à formulação de políticas públicas que incorporem as experiências e expectativas endógenas, para se evitar o risco da insuficiência de propostas descoladas da realidade local. Tratar os agentes da cultura popular como passivos, sem efetiva ciência acerca dos processos de constituição e relação da cultura com o território implica no risco de insucesso quanto a se associar desenvolvimento e patrimônio cultural sob a perspectiva territorial. Assim, as conexões entre manifestações culturais, processo histórico e território podem ser delineadas a partir da percepção das condições contemporâneas e seus vínculos com contexto atual, que incorpora o impacto de estruturas ausentes no passado, como os meios de comunicação, aptos a conformar o território com novas possibilidades em comparação ao processo de longa duração delineador das experiências históricas. A distribuição territorial dos equipamentos culturais é um dos aspectos a se considerar ao analisar esta variável.

#### e) Estrutura da mídia

A abordagem do papel da mídia nos processos de desenvolvimento se justifica pela presença intensiva dos fluxos de comunicação mediados na sociedade contemporânea, potencializada pelas tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na tecnologia digital.

A relação entre comunicação e desenvolvimento é estabelecida desde a década de 1960, em um cenário midiático protagonizado pelos meios de comunicação de massa. Schramm (1970) e Lerner (MACHADO, 1970), pioneiros do debate, apresentavam uma abordagem difusionista e baseada na modernização, conforme aponta Servaes (2007), que foi superada aos poucos devido às próprias transformações tanto da comunicação quanto do conceito de desenvolvimento.

A abordagem dialógica ganhou dimensão, especialmente nos estudos freirianos, com foco na mudança social.

En lugar del énfasis en la persuasión y en la transmisión de informaciones y conocimientos desde afuera, la comunicación para el cambio social promueve el diálogo, el debate y la negociación desde el seno de la comunidad; e. los resultados del proceso de la comunicación para el cambio social deben ir más allá de los comportamientos individuales, y tomar en cuenta las normas sociales, las políticas vigentes, la cultura y el contexto del desarrollo (DAGRÓN, 2011, p.33).

No entanto, ainda se nota a dificuldade em superar uma abordagem da comunicação como ferramenta do desenvolvimento, uma visão instrumental, conforme apontam Barranquero-Carretero, Sáez-Baez (2015). A concepção adotada neste artigo entende a comunicação como elemento estrutural do desenvolvimento. As evidências que sustentam tal abordagem aparecem em diversos aspectos, suportados por Castells (2009), na qual a comunicação adquire um protagonismo na sociedade atual, denominada sociedade informacional, que opera em um sistema estruturado em rede. Tal estrutura reconfigura e impacta na economia, nos modelos de negócios, nos processos de inovação. O efeito das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no desenvolvimento é abordado por Kleine (2013) e Heeks (2006). Kleine (2013), especificamente, enfatiza as condições e possibilidades de as TIC ampliarem as capacidades e liberdade das pessoas, conforme abordagem proposta por Sen (2000).

Efeitos não previstos também impactaram sobre a sociedade, como o caso das *fake news*, que incidem diretamente sobre os processos políticos eleitorais, imersos no fenômeno da pós-verdade, definido por D'Ancona (2018) como a escolha e aceitação de narrativas que trazem segurança emocional em um ambiente de desinformação devido ao excesso informacional.

Destaca-se o papel da comunicação para o desenvolvimento e sua relação com a cultura local.

Una comunicación con sensibilidad cultural se construye a base de recursos locales. La C4D elaborada con el saber y el sabor domésticos despierta más interés y refleja mejor el sentir local que las campañas más sofisticadas, diseñadas por expertos reputados en capitales lejanas (AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN – COSUDE, 2016, p.14).

A forma como se estrutura o sistema de mídia de um país é fundamental, pois possui estreita relação sobre como os territórios de relacionarão com os processos de comunicação macro (verticais) e locais (horizontais). Hallin e Mancini (2004) analisam as estruturas e sistemas de mídia de países, bem como na abordagem da economia política da comunicação e identificam a existência de uma forte correlação entre os movimentos de globalização da economia e de mudança estrutural dos sistemas de comunicação. No caso brasileiro, conforme Lima (2004), o modelo de comunicação do país foi criado em um período de modernização conservadora, o que resultou em concentração da propriedade de mídia, na desigualdade de acesso à mídia (CGI, 2020; SECOM, 2016; INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO, 2019), fatores estes que são barreiras para o desenvolvimento.

Apesar de estar evidente na literatura científica que apenas o incremento tecnológico dos meios de comunicação não resulta, necessariamente, em melhorias nos processos rumo ao desenvolvimento de uma sociedade, raramente a comunicação aparece como um elemento estrutural nos planos de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2021). Na compreensão proposta neste trabalho, a comunicação é uma das variáveis componentes da dimensão cultural do patrimônio territorial e, portanto, um elemento estruturante.

As questões sobre mídia regional, seu papel, sua estrutura e sua distribuição territorial (DEOLINDO, 2019) são aspectos fundamentais para a compreensão das dinâmicas culturais, além da própria compreensão do tipo de conteúdo produzido pelos veículos de comunicação regionais.

#### f) Economia criativa

Uma das formas de ativar o patrimônio cultural é por meio da economia criativa. Neste componente, evidencia-se a interface com a dimensão produtiva do território, o que evidencia a perspectiva sistêmica na análise do patrimônio territorial.

A economia criativa “[...] tem a criatividade, arte e cultura como sua matéria-prima; está relacionada com os direitos da propriedade intelectual, em particular com o direito do autor; é função direta de uma cadeia de valor criativa” (MIRSHAWKA, 2016, p.3).

Reis (2009) observa que várias cidades têm se destacado no cenário global tendo a cultura como força-motriz, gerando recursos financeiros, gerando emprego e renda, fomentado o turismo. A dimensão cultural assume uma posição de destaque, entendida como um importante item do planejamento estratégico nas cidades criativas. “Se por si só não sustenta um processo de transformação, é, porém, elemento fundamental para a garantir a diferenciação e a permanência das mudanças” (REIS, 2012, p.91).

Entende-se que territórios que transformam seu patrimônio cultural em uma forma de geram emprego e renda, portanto articulá-lo com a dimensão produtiva, conseguem promover o desenvolvimento a partir de elementos específicos e endógenos.

## Método

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, ao propor um método para diagnóstico do patrimônio cultural de um território.

Para dar suporte ao método, intentou-se criar uma escala de mensuração, baseada no conceito e indicadores sociais, estes entendidos referentes a um determinado aspecto da realidade social, conforme Januzzi (2001). “A medição é um processo de representação, relacionando algum aspecto do mundo real com sistemas simbólicos” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 3). A proposta foi gerar índice para identificar o estágio de ativação da cultura em um território.

A teoria da medição em ciências sociais e comportamentais, como Administração, Psicologia e Sociologia, tem avançado em seus estudos para propor alternativas que possam mensurar mais adequadamente suas variáveis, parte das quais são de conteúdo abstrato [...]. (SILVA JUNIOR, 2014, p.03)

Para isso, seguiram-se as seguintes etapas:

a) elaboração de quadro de componentes da dimensão cultural (Quadro1), durante a elaboração do referencial teórico, fundamentado em conceitos e teorias previamente existentes.

b) elaboração de quadro com técnicas de coleta de dados primários para cada um dos componentes sugeridos para a dimensão cultural.

c) propositura de uma escala de 5 pontos para cada um dos componentes identificados como componentes da dimensão cultural.

e) geração de índice que retrata o nível de ativação cultural de um território.

Para construir a escala e, conseqüentemente, o índice de ativação do patrimônio cultural, foram consideradas os seguintes elementos.

1) a variável (propriedade que se quer medir – exemplos: inteligência, memória, temperatura);

2) o atributo (o grau ou modalidade em que se manifesta a propriedade medida – exemplos: baixo, médio, alto);

3) o valor (modo de expressar de forma numérica o atributo – exemplo: 1, 2 e 3

4) a relação ou ligação entre os vários valores da variável (BERMUDES et al, 2016, p. 9)

Destaca-se que o índice proposto é um indicador composto subjetivo, conforme Jannuzzi (2001), por ser de natureza qualitativa. As medidas são construídas com base na avaliação de especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas.

## Resultados e discussão: proposta metodológica para diagnóstico da dimensão cultural de um território

A compreensão da cultura em um território demanda, necessariamente, a coleta de dados primários, pela particularidade e pelo dinamismo inerentes ao conceito de cultura. Para compreender o fenômeno de forma sistêmica, faz-se necessário uma abordagem mista de coleta de dados primária e secundária, o que permite triangulação de dados. As técnicas de coleta de dados propostas no Quadro 2 baseiam-se em Duarte e Barros (2012).

**Quadro 2:** Métodos de coleta de dados para avaliação da dimensão cultural

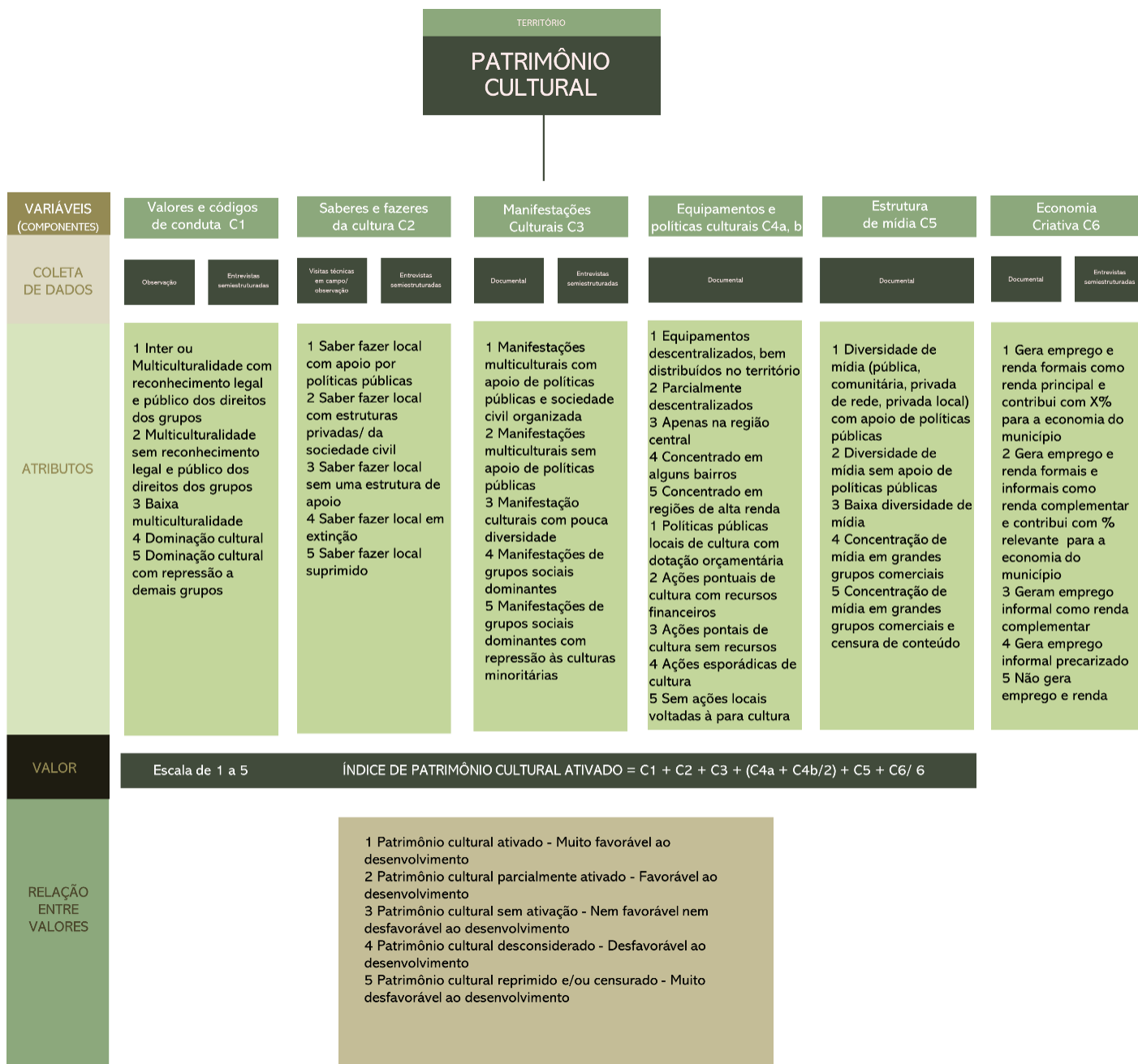
COMPONENTES	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS
Valores e códigos de conduta.	Observação em campo de grupos culturais. Entrevistas semiestruturadas com representantes de grupos culturais.
Saberes e fazeres da cultura.	Observação em campo a grupos sociais. Entrevistas semiestruturadas com representantes de grupos sociais.
Manifestações Culturais.	Documental – registros formais de instituições públicas. Entrevistas semiestruturadas com representantes da sociedade.
Equipamentos culturais (orçamento)/ Acesso e distribuição às políticas de cultura.	Documental – registros formais em instituições públicas; análise de legislação e documentos públicos; consulta ao portal da transparência.
Estrutura de mídia.	Documental – registros formais dos veículos de comunicação; análise de conteúdo.
Economia criativa.	Documental – bases de empregos formais. Entrevista com trabalhadores da economia criativa.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Com as técnicas de coleta de dados propostas, contempla-se, por meio do delineamento documental, levantamento físico-estatístico a partir de dados oficiais e identificação de aspectos relativos a valores, códigos de conduta e tradições culturais e à trajetória histórico cultural das comunidades.

Coletados os dados, faz-se necessária a análise qualitativa para atribuir pontuação conforme escalas criadas especificamente para fins desse modelo, conforme representado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de análise da dimensão cultural



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Após a análise e pontuação, procede-se o cálculo da média. O resultado permitirá identificar o nível de ativação do patrimônio cultural do território e, portanto, como a dimensão cultural do território se articula como vetor de desenvolvimento.

### Considerações finais

O artigo teve como objetivo definir desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Considerou-se a amplitude da proposta quanto aos recursos metodológicos necessários à fundamentação da pesquisa acerca das especificidades de cada território e, ao mesmo tempo, possibilitar a formação de um conjunto de



conceitos e procedimentos correspondentes a consolidação do campo de conhecimento pertinente ao desenvolvimento territorial.

A pesquisa sobre o desenvolvimento territorial resulta da percepção das particularidades de cada território e da improbabilidade de efetivação de condições homogêneas de desenvolvimento. Essa constatação reflete a consolidação dos debates pertinentes ao desenvolvimento territorial nos ambientes acadêmico e político, especificamente quanto à sua condição multidimensional, o que está associado ao pensamento complexo proposto por Morin (1996). Assim, tem-se como parâmetro o transcender das abordagens disciplinares ou setoriais, ao se ponderar suas diversas dimensões inter-relacionadas.

Subjacente a essas constatações está a percepção do território em disputa no âmbito social, político e econômico. A geração de conhecimento acerca da produção, circulação e consumo da cultura no território, ao considerar suas condições de disputa, possibilita a definição de desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial com a consideração das dinâmicas estruturantes do território.

A mensuração da cultura propicia a sua visibilidade como dimensão constitutiva do território. O método de coleta de dados para avaliação da dimensão cultural possibilita identificar e mensurar os respectivos componentes para a compreensão das articulações dessa dimensão constitutiva do patrimônio territorial. A realização de investigações a partir da metodologia delineada possibilitará a compreensão de como a cultura interage com as demais dimensões que compõe o patrimônio territorial e seu papel nas disputas pelo controle do território.

As contribuições advindas da investigação das interações entre as dimensões que compõe o patrimônio territorial podem propiciar a proposição de estratégias e ações concernentes ao desenvolvimento territorial que considerem as dinâmicas inscritas no território. A definição de desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial possibilita a geração de dados e informações para efetivação de políticas de desenvolvimento concernentes a particularidades de cada território e demais dimensões constitutivas do patrimônio territorial.

## Referências

AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN - COSUDE Comunicación para el desarrollo. **Una guía práctica** Ministerio de asuntos externos. 2016. Disponível em: [https://www.eda.admin.ch/dam/deza/es/documents/publikationen/Diverses/Communication-for-development-Manual\\_ES.pdf](https://www.eda.admin.ch/dam/deza/es/documents/publikationen/Diverses/Communication-for-development-Manual_ES.pdf) Acesso em: 10 ago. 2021.

BARRANQUERO-CARRETERO, A. SÁEZ-BAEZA. **Comunicación y buen Vivir. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social**. Palabra Clave, v. 18, n.1, p. 41-82. DOI: 10.5294/pacla. 2015.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-25. Disponível em: [http://faa.edu.br/portal/PDF/livros\\_eletronicos/enfermagem/Diversidade\\_Cultural\\_Protecao\\_Pro-mocao.pdf](http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/enfermagem/Diversidade_Cultural_Protecao_Pro-mocao.pdf) Acesso em: 10 de agosto de 2021.

BARROS, J. M. Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: Uma Aproximação ao CNC e PNC. In: LOPES et al (orgs). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas**. Porto Alegre: CirKula, 2016. p.13-50.

BERMUDES, W. L. et al. **Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações**. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016 Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v18n216-01/5242> Acesso em: 07 out. 2021.

BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOTELHO, I. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 2, 2007, pp. 96-100.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2001.

CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos. **Cultura 21: Ações**, 2015. [http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21\\_015\\_pt\\_1.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf)

COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. **Contemporânea**. v. 5, n. 1 p. 145-165 Jan.–Jun. 2015

DAGRON, A. G. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: GONZÁLEZ, José Miguel Pereira; BRINGE. **Amparo Cadavid Comunicación, desarrollo y cambio social: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y médios**. 1a ed. -- Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana: Universidad Minuto de Dios: UNESCO, 2011.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago. 2021.

DÓRIA, C. A.; BASTOS, M. C. **A culinária caipira da Paulistânia: a história e as receitas de um modo antigo de comer**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

DEOLINDO, J. **O negócio da mídia no interior**. Curitiba: Appris, 2019.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

ETGES, V. E. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. *Redes*. v. 10 n. 3 (2005), p. 47-55. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050> Acesso em: 08 out. 2021.

FAVARETO, A. S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 299-319, 2010.

FELIPPI, Â. C. T.; BRANDT, Grazielle Betina. Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 4, dez. 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2603/555>>. Acesso em: 08 out. 2021.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. 2006. Disponível em:

- <https://pt.scribd.com/document/135006291/FLORES-M-a-Identidade-Cultural>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HEEKS, R. Theorizing ICT4D Research. **The Massachusetts Institute of Technology Information Technologies and International Development**. Volume 3, Number 3, Spring 2006, 1–4
- JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- KLEINE, D. **Technologies of Choice? ICTs, development, and the capabilities approach**. Cambridge/London: MIT Press, 2013.
- MACHADO, L. P. Alcance e limites das teorias da modernização. **Rev. Adm. Empres.** 10 (3), Set 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901970000300008> Acesso em: 15 out. 2021.
- MIRSHAWKA, V. **Economia criativa: fonte de novos empregos**. vol.1. São Paulo: DVS, 2016
- MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.
- NACIONES UNIDAS **Observación general Nº 21** Derecho de toda persona a participar en la vida cultural (artículo 15, párrafo 1 a), del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales) 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2012/8793.pdf> Acesso em: 06 out. 2021.
- PECQUEUR, B. **Territoire, territorialité et développement: industrie et territoire – les SPL**. Colloque IREPD, Grenoble, outubro, 1992.
- PEDELIENTO, G.; KAVARATZIS, M., Bridging the gap between culture, identity and image: a structurationist conceptualization of place brands and place branding. **Journal of Product & Brand Management**, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JPBM-01-2018-1735/full/html> Acesso em: 25 out. 2021.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- PERUZZO, C. M. K. **Rádio Comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias**. Revista FAMECOS, v. 13, n. 30, p. 115-125, 14 abr. 2008.
- PIMENTA, C. A. M. (2021). Cultura e desenvolvimento. Apontamentos sobre a agenda Cultura 21: Ações. In M. GAMA; P. R. COSTA (Eds.), **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**. Braga-PT, CECS, 2021, pp. 207–224.
- PIMENTA, C.A.M. As "coisas de Minas": questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: PIMENTA, C.A.P.; PEREIRA, S.B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre: CirKula, 2017, v. 1, p. 153- 180.
- PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, N. L.; LIMA, L. P.; FERREIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. D. Cultura, políticas e desenvolvimento: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 14(4), 2028, pp. 6-44.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REDE NOSSA SÃO PAULO **Mapa da Desigualdade 2020**. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/> Acesso em: 06 out. 2021.
- REIS, A. C. F. (org.). **Cidades Criativas: Soluções inventivas: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais**. São Paulo: Garimpo de Soluções; Recife: FUNDARPE, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Cidades Criativas: da teoria à prática**. São Paulo: SESI, 2012.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTOS, B. D. dos; ZAMBERLAN, Carlos Otávio. Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 6, dez. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5199/857>. Acesso em: 23 set. 2021.
- SANTOS, M., 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS M. J. dos. As representações do caipira: cinema, arte e cultura popular. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. (Org.). **São Paulo de outros tempos**. 1ed. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 11-354.
- SÃO PAULO. **Plano diretor estratégico do município de São Paulo**. Lei nº 16.050/2014. Texto da lei ilustrado. 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf> Acesso em: 23 set. 2021.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SERVAES, Jan. **Communication for Development and Social Change**. New Delhi: SAGE, 2007.
- SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-71.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- YÚDICE, G. **A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*